



UFSM

ARTIGO MONOGRÁFICO DE ESPECIALIZAÇÃO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

VANIA CARVALHO DE ALMEIDA

RIO BONITO, RIO DE JANEIRO, BRASIL

2010

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

por

VANIA CARVALHO DE ALMEIDA

**Artigo apresentado no Curso de Especialização em
Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de
Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau
de
Especialista em Educação Especial.**

**Rio Bonito, Rio de Janeiro, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

elaborado por
VANIA CARVALHO DE ALMEIDA

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Sandra Suzana Maximowitz Silva
Orientadora

Carla Tatiana Zappe
Profª Ms

Eliana da Costa Pereira de Menezes
Profª Ms

Rio Bonito, Rio de Janeiro, Brasil
2010

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar por mais essa vitória.

Ao meu marido Rubens, por todo carinho e incentivo.

A minha filha, por ela existir, pois é a Luz da minha vida.

A minha família.

A todos que me ajudaram nessa caminhada, o meu muito obrigada.

***"... onde houver o desafio do rapaz ou da moça em crescimento, que
haja um adulto para aceitar o desafio" (Winnicott).***

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

AUTOR: VANIA CARVALHO DE ALMEIDA
ORIENTADOR: SANDRA SUZANA MAXIMOWITZ SILVA
RIO BONITO

O presente estudo parte do tema: “**Educação Inclusiva: Desafio Para Formação De Professores**”, e tem como objetivo propiciar ao professor do Ensino Básico, instrumental teórico que o capacite a refletir, apropriar-se e constituir criticamente o conhecimento escolar provocando assim uma melhoria da qualidade de ensino dos conteúdos estabelecidos para a formação de professores que venham a ter inclusão na sua sala de aula, vindo a perceber o sujeito e suas singularidades, o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos, utilizando recursos didáticos próprios para motivação na aprendizagem dos alunos, criando um ambiente agradável e acolhedor, buscando uma aprendizagem significativa para os alunos de inclusão. Mostra a importância de se ter uma formação inicial de qualidade, partindo do aperfeiçoamento de seus profissionais. Onde a educação inclusiva e a educação especial serão uma só educação onde os sujeitos com necessidades educativas especiais terão seus direitos respeitados, por isso a escolha deste tema. Haja visto que o esclarecimento quanto a inclusão – deve ser feito logo no início da formação de Professores - é o enfoque principal deste trabalho para o entendimento real e significativo de formas direcionadas especialmente para estes alunos. Este trabalho é pautado em pesquisa de bibliografia, onde os assuntos referentes ao tema - conteúdos pautados na Educação Especial - são colocados de forma a um maior esclarecimento sobre o mesmo, fazendo com que o professor os incorporem a própria formação. As alternativas que melhor atendem a demanda de inclusão dos alunos com necessidades especiais são colocadas em consonância com a legislação apresentada; costurando-as com a realidade de cada um para que haja um melhor aprendizado.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores; inclusão; Educação de surdos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	09
REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
O QUE VEM A SER A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS SUAS PERSPECTIVAS? 10	
A ESCOLA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	16
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O CONTEXTO SOCIAL.....	16
COMO PODERÁ O PROFESSOR REINVENTAR A SUA PRÁTICA E ASSUMIR UMA NOVA ATITUDE DIANTE DO CONHECIMENTO E DA APRENDIZAGEM?.....	19
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES TAMBÉM SE TRABALHA EM EQUIPE.....	22
PROFESSOR E ALUNOS.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLETINDO A CONDIÇÃO DE PROFESSOR.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

APRESENTAÇÃO

Este estudo tem como tema “**Educação Inclusiva: Desafio Para Formação De Professores**”, e mostra a importância de se ter uma formação inicial de qualidade, onde os profissionais da escola (inspetores, merendeiras, diretora, secretarias, vigias) - não somente os professores e pessoas da comunidade que estejam envolvidas, busquem sempre se atualizar.

Ao passar por uma situação em que não possuía nenhum tipo de informação sobre a necessidade do meu aluno que era surdo, me vi despreparada para está em contato direto com ele, diante de tal desafio, achei melhor ir atrás de informações e especializações que me dariam a oportunidade de melhorar a minha atitude perante o mesmo – pois era a primeira vez que teria inclusão na minha sala de aula, ainda mas para alfabetizar.

Naquela situação era visível o meu despreparo ao lidar com determinadas situações referente ao contato inicial com a inclusão. Por isso o esclarecimento é o enfoque principal deste estudo para o entendimento real e significativo dos profissionais da área, que na maioria das vezes desconhecem a importância e a diferença da educação especial e inclusiva, após esclarecimento teriam a oportunidade de transformá-las em uma só educação, onde os direitos serão respeitados.

A Constituição de 1988 garantiu, em seu Artigo 206, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola: a educação como direito de todos é dever do Estado e da família (Art. 205) e deve estender-se também ao atendimento educacional especializado, digo, aos deficientes (Art. 208, III), preferencialmente na rede regular de ensino. Isso quer dizer que quando pensamos na formação do educador devemos também pensar em uma escola que dê a todos uma mesma formação básica, uma vez que nesse momento histórico o que queremos formar, em primeiro lugar, é o professor qualificado, o profissional preparado para atender o aluno, tendo ele necessidades especiais e/ou não. O professor tem necessidade de buscar alternativas que melhor atendam a demanda de inclusão dos alunos em consonância com a legislação apresentada. Ou seja, tentar trazer a legislação costurada com a sua realidade.

Este estudo tem como objetivo propiciar ao professor do Ensino Básico, instrumental teórico que o capacite a refletir, apropriar-se e constituir criticamente o conhecimento escolar provocando assim uma melhoria da qualidade de ensino dos conteúdos estabelecidos para a formação de professores que venham a ter inclusão na sua sala de aula, vindo a perceber o sujeito e suas singularidades, o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos, utilizando recursos didáticos próprios para motivação na aprendizagem dos alunos, criando um ambiente agradável e acolhedor, buscando uma aprendizagem significativa para os alunos de inclusão.

Para a realização da presente pesquisa foi utilizado bibliografias seguida de diversos textos formais e/ou informais, de experiências adquiridas em sala de aula, debatidas em reuniões de formação continuada.

Nas considerações finais é feito uma retrospectiva de tudo que foi visto ao longo do ano letivo para trabalhar a inclusão, onde é possível verificar os erros e acertos, buscando meios para suprir necessidades e resgatar valores para trabalhos futuros. A sensação existente é de missão cumprida e de êxito ao final de cada jornada.

CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

A metodologia usada se apoia em uma série de princípios construídos ao longo de nossa atuação como formadoras na área de Educação. Entre eles destacamos a importância de se estabelecer uma parceria com os profissionais envolvidos para que se possa atuar efetivamente na escola visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, visando a inclusão. Não há, portanto, nenhum modelo que dê conta das especificidades e características de cada comunidade escolar. Estamos constantemente às voltas com a diversidade, a diferença, a novidade, o inusitado, demandando uma ação rápida, flexível e compatível com nossos ideais educacionais. Em relação ao uso da tecnologia propriamente dita concentramos nossos esforços no entendimento da integração de materiais para levantamento e conhecimento dos conteúdos específicos e das competências que se procura desenvolver com o aluno e nas características e recursos oferecidos pelas diferentes ferramentas que possibilitam tais aprendizagens.

As ações de formação se baseiam em um processo reflexivo **na e sobre** a prática pedagógica do professor-multiplicador visando sua formação crítica. Assim esperamos desenvolver novas ações de formação compatíveis com a realidade da rede municipal de ensino que promovam transformações qualitativas no processo educacional.

Este trabalho é pautado em pesquisa de bibliografia, onde os assuntos referentes ao tema - conteúdos pautados na Educação Especial - são colocados de forma a um maior esclarecimento sobre o mesmo, fazendo com que o professor os incorporem a própria formação.

A declaração de Salamanca, 1994, veio afirmar tal proposta, defendendo que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades. Essa política representa o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e oferecer educação para todos (Brasil, 2004).

REFERENCIAL TEORICO

O QUE VEM A SER A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS SUAS PERSPECTIVAS?

A Educação Inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos, sendo uma abordagem democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Atenta a diversidade inerente à espécie humana, a Educação Inclusiva busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos em salas de aulas comuns, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

Prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola. Com força transformadora, a mudança acontece de forma a fazer com que ela faça parte da sociedade. O ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial, a qual se apresenta numa grande variedade de formas incluindo escolas especiais, unidades pequenas e a integração dos sujeitos com apoio especializado. Existe ensino especial em todo o mundo seja em escolas de frequência diária, internatos ou pequenas unidades ligadas à escola de ensino regular. Para que esses educandos tão especiais possam ser educados e reabilitados, é de extrema importância a participação deles em escolas e instituições especializadas. E que eles disponham de tudo o que for necessário para o seu desenvolvimento cognitivo, e a Educação inclusiva é uma educação voltada de TODOS PARA TODOS onde os ditos "normais" e os portadores de algum tipo de deficiência poderão aprender uns com os outros. Uma

depende da outra para que realmente exista uma educação de qualidade. A educação inclusiva no Brasil é um desafio a todos os profissionais de educação.

O século XX trouxe em sua bagagem fatores como avanços tecnológicos e direitos conquistados, que preenchem diversas lacunas importantes para o bem-estar do homem, mas ao mesmo tempo, as desigualdades sociais, o progresso desenfreado, as cobranças acerca da produtividade e a competitividade ameaçam a todo tempo tudo o que foi conquistado.

Nesse contexto, não cabem preconceitos, protelações ou isenções de responsabilidade. A criança portadora de necessidades especiais, como qualquer outra criança tem o direito de cursar uma escola e ter expectativas em relação ao seu futuro.

No início, como tudo que é novo causa muitas ansiedades, são necessárias reuniões periódicas com todos os profissionais, mas hoje os encontros são mais esporádicos. As reuniões realizadas servem de estímulo para os profissionais, pois as aulas são melhores preparadas enfatizando a socialização.

A pessoa portadora de alguma deficiência convive socialmente com sua família, porém este convívio não se estende na escola, no clube, na igreja e nas outras áreas da sociedade porque é colocada como um ser diferente.

- pessoas portadores de deficiência não correspondem às expectativas, são anormais, diferentes (estigmatização);
- pessoas portadores de deficiência não são muito capazes, são pouco produtiva ("apêndice inúteis da sociedade"), (Fernandes, 1995);
- pessoas portadores de deficiência são estigmatizadas, o estigma cria preconceitos que, por si, gera medo, e o medo provoca ignorância e afastamento;
- pessoas portadores de deficiência não se encaixam nos valores da sociedade (MANTOAN 1997, p.45)

Com essas idéias, buscou-se a educação individual do Portador de Necessidades Especiais como forma de aproximação com a sociedade, a fim de desenvolver sua capacidade para melhor integrá-lo através de sua aprendizagem. "A idéia inicial foi, então, a de tornar um só o estilo ou padrões de vida, mas isto foi confundido com a noção de "tornar normais as pessoas deficientes" Sasaki (1997, p.32).

Direta ou indiretamente, o mundo escolar e a formação de professores sempre estiveram ligados a questões políticas, sociais e culturais. Fala-se sobre uma educação democrática, inclusiva e competente, e para essa possibilidade é

indispensável o diálogo e a consciência de um mundo plural para a formação de uma identidade. A troca entre diferentes culturas é fundamental para a formação da identidade, porém, as questões culturais e seus impactos sobre a escolarização não têm sido incluídas de forma explícita e sistemática nos processos de formação docente e discente. Contudo, há uma crescente conscientização da importância das questões culturais, para isso, há que se pensar que a sociedade muda e se desenvolve, que a educação enquanto prática social acompanhe essa mudança e se permita novas possibilidades, e dentro deste contexto, é necessário uma pedagogia crítica que veja a cultura como objeto estruturante da sociedade que se expressa de diferentes modos de agir, interpretar, relacionar-se, etc.

“As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança na perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.”(MANTOAN,1997,p.121)

Um trabalho verdadeiramente sério implica na estruturação progressiva e mudança significativa. Não é raro se ver dentro do ambiente escolar a visão estereotipada de que vivendo em situação de pobreza e sem acesso à livros e outros bens culturais são mais propensas a fracassar na escola ou a requerer serviços de educação especial. Isto porque essas não cabem na fôrma construída pelo ideal de escola da classe média, ou ainda, porque essas crianças não aprendem do mesmo jeito ou na mesma velocidade esperada por educadores e administradores. Estereótipos pervadem a prática pedagógica e são resultados da falta de informação e conhecimento que educadores e administradores tem a respeito da realidade social e cultural, como também do processo de desenvolvimento cognitivo e afetivo das crianças atendidas pelas escolas. A prática de classificar e categorizar crianças baseado no que estas crianças não sabem ou não podem fazer demonstram fracasso e perpetua a visão de que o problema está no indivíduo e não em fatores de metodologias educacionais, currículos, e organização escolar.

Aceitar e valorizar a diversidade de classes sociais, de culturas, de estilos individuais de aprender, de habilidades, de línguas, de religiões e etc., é o primeiro

passo para a criação de uma escola de qualidade para todos. O segundo baseia-se em conceitos éticos de direito do cidadão.

Escolas são construídas para promover educação para todos, portanto todos os indivíduos tem o direito de participação como membro ativo da sociedade na qual estas escolas estão inseridas. Todas as crianças tem direito à uma educação de qualidade onde suas necessidades individuais possam ser atendidas e aonde elas possam desenvolver-se em um ambiente enriquecedor e estimulante do seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

Estudos focalizados no ensino fundamental indicam a necessidade de mudanças em busca de uma educação que integre questões político-sociais, éticas, científicas, humanas e didáticas. Ensinar pressupõe chegar a algum lugar, subir um degrau na escala de conhecimento através de algo que possa ser acrescentado enquanto útil a sua vida de alguma forma e em algum momento.

A atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que levam em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas também seus interesses e suas motivações. A escola, nesta perspectiva, visa à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem, bem como ao desenvolvimento e à socialização dos alunos.

Uma condição para transformação escolar é a “profissionalização do profissional” da educação e para tanto, ele elenca três aspectos que precisam estar presentes: a responsabilidade, o investimento e a criatividade.

No que se refere ao âmbito escolar, segundo documento do MEC (2004), a partir da década de oitenta ocorreram alguns eventos e fatos marcantes ligados a democratização do ensino, objetivando um processo mais significativo de formação para os indivíduos com necessidades especiais. Dentre eles, destacam-se a Conferência Mundial de Educação para Todos (Tailândia, 1990), a conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e qualidade (Espanha, 1994) e a Convenção da Organização dos Estados Americanos (Guatemala, 1999) (Brasil, 2004).

Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtiem, na Tailândia, na qual foi proclamada a Declaração de Jomtiem, segundo a qual a “educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”. Ao assinar tal declaração, o Brasil assumiu perante a comunidade internacional o compromisso de erradicar o analfabetismo e

universalizar o ensino fundamental no país. Para cumpri-lo, vem criando instrumentos norteadores da ação educacional e documentos legais que apóiam a construção de sistemas educacionais inclusivos, nas diferentes esferas públicas: municipal, estadual e federal.

Com o intuito de definir políticas públicas nacionais, e em consonância com as recomendações desses dois importantes documentos, em 1996 o Brasil elaborou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB/9394/96. A partir dessa lei, aos municípios brasileiros foi atribuída a responsabilidade de universalizar o ensino público para todos os cidadãos de 0 a 14 anos de idade. Assim, passou a ser papel dele formalizar a decisão política e desenvolver os passos necessários para implementar, em sua realidade sociogeográfica, a educação inclusiva, no âmbito da Educação Infantil e Ensino Fundamental (Brasil, 2004).

A organização do atendimento educacional, baseada no paradigma da inclusão, deve procurar a remoção das barreiras para a aprendizagem. Destaca ainda o currículo e as relações curriculares, a avaliação contínua do trabalho, a intervenção psicopedagógica, a qualificação da equipe de educadores, os recursos materiais e uma nova concepção de educação especial em educação.

De acordo com o Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento (International Disability and Development Consortium - IDDC) sobre a Educação Inclusiva, realizado em março de 1998 em Angra, na Índia, um sistema educacional só pode ser considerado inclusivo quando abrange a definição ampla deste conceito, nos seguintes termos:

- Reconhece que todas as crianças podem aprender;
- Reconhece e respeita diferenças nas crianças: idade, sexo, etnia, língua, deficiência/inabilidade, classe social, estado de saúde (HIV, Tuberculose, Hemofilia, Hidrocefalia, ou qualquer outra condição);
- Permite que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam as necessidades de todas as crianças;
- Faz parte de uma estratégia mais abrangente de promover uma sociedade inclusiva;
- É um processo dinâmico que está em evolução constante;
- Não deve ser restrito ou limitado por salas de aula numerosas nem por falta de recursos materiais.

Estas perspectivas históricas levam em conta a evolução do pensamento acerca das pessoas com deficiência ao longo dos últimos cinquenta anos, no entanto, elas não se desenvolvem simultaneamente em todos os países, e conseqüentemente retrata uma visão histórica global que não corresponde ao mesmo estágio evolutivo de cada sociedade.

Assumir uma nova prática diante do conhecimento é gerar oportunidades para aqueles até em tão marginalizados, tenham voz para construir o seu próprio conhecimento, para que construam gradualmente a sua própria visão de mundo.

A ESCOLA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A escola urge em sua mudança estrutural, é impossível falarmos de Educação Inclusiva com as escolas ainda funcionando com séries, currículos fechados e ou adaptações curriculares e avaliações formatadas, com professores trabalhando sozinhos e com práticas reducionistas ou adaptadas. Urgimos da mudança de funcionamento do sistema escolar por ciclos, currículos individuais, progressão continuada, avaliações contínuas e auto-avaliações, respeitando os alunos. Uma educação pautada na cooperação, na criatividade, na reflexão crítica, na solidariedade, uma educação libertária e emancipadora.

Com as novas leis que vêm sendo implantadas de acordo com a inclusão, as escolas se converteriam em espaços democráticos, atendendo a todos os alunos independentemente de suas diferenças. Implicaria ainda, em uma nova postura da escola que precisaria estar refletindo em seu projeto pedagógico, currículo, metodologia de ensino, avaliação e atitude dos educadores, ações que favoreceriam a integração social, adaptando-se para oferecer serviços educativos de qualidade para todos.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O CONTEXTO SOCIAL

Quando se trata da inclusão, deve-se considerar aspectos ligados a formação do professor, uma vez que, este deve estar preparado e seguro para trabalhar com o aluno com necessidade educacional especial.

No Brasil, a implementação de propostas relacionadas aos sujeitos com necessidades especiais é muito difícil. Não apenas na área educacional, mas também no que diz respeito a emprego e direitos. Essa dificuldade reflete a predominância de uma perspectiva assistencialista que, apesar de todas as lutas e leis instituídas, ainda está diretamente vinculada a iniciativas e disposições individuais. Os profissionais da área muitas vezes não estão devidamente preparados para assumir tal responsabilidade ou não quer ter, apesar de que há grande número deles que saem em busca de aperfeiçoamento para melhorar o nível de ensino.

Embora a Constituição Federal estabeleça como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º inc. II e III), e como um de seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e credo. Também preconiza o direito à igualdade (art. 5º) e a educação para todos indistintamente. Esses direitos devem visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (art. 205), visando que têm profissionais que ainda não deixaram de lado certa resistência a inclusão, criando um ambiente desfavorável para o aluno incluso.

Faz-se necessário entender que a educação não ocorre de forma aleatória, mas está compreendida dentro de um contexto social. Portanto, não se deve ignorar as formas e também as leis estabelecidas para que seja feita a inclusão.

Educar é colaborar para que professores e alunos – nas escolas e organizações – transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem. É ajudar os alunos na construção da sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional - do seu projeto de vida, no desenvolvimento das habilidades de compreensão, emoção e comunicação que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e profissionais e tornar-se cidadãos realizados e produtivos (MORAN, 2000, p. 15).

É preciso encarar a dinâmica do conhecimento num sentido mais amplo, abrangente e tentar compreender os conhecimentos emergentes da sociedade – nos espaços denominados espaço do conhecimento. Isso significa uma proposta de parceria entre a educação e a comunidade, para explorar e construir conhecimentos segundo as necessidades de seu desenvolvimento, numa dinâmica de articulação em que o sistema escolar assume o papel de mobilizador de transformações e o professor de promotor da aprendizagem.

A Declaração de Salamanca (1994) recomendava que a formação inicial deveria inculcar em todos os professores uma orientação positiva sobre a deficiência, de forma que permitisse entender o que as escolas poderiam conseguir avançar com a ajuda dos serviços locais de apoio.

Foram colocadas em discussão as habilidades e competências que os educadores deveriam dominar para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Esse documento enfatiza os conhecimentos e aptidões requeridos em uma boa pedagogia, tais como: a capacidade de avaliar as necessidades especiais, de adaptar os conteúdos dos programas de estudo, de recorrer à ajuda da tecnologia, de individualizar os procedimentos pedagógicos e trabalhar em conjunto com especialistas e pais. Torna-se importante refletir que o texto aborda as novas competências do professor do ensino regular. Entretanto, deixa explícita a formação de educadores para o atendimento especializado - a Educação Especial - a cargo das propostas de curso de especialização. Esse documento defende a figura do professor especialista e a criação de serviços de apoio.

Observam-se, nessa proposta, duas questões básicas que dizem respeito ao contexto educacional europeu, onde esses conceitos foram elaborados: primeiro, a existência de ampla formação em Educação Especial nos países da Europa; segundo, os professores do ensino regular possuem formação pedagógica e tecnológica consistentes. Precisam conviver, discutir e construir práticas e saberes para a inclusão de alunos que estavam anteriormente integrados em classes especiais ou em salas de recursos nas escolas públicas.

Seguindo essa tendência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996, Art.59) refere-se a dois perfis de professores que deverão ser formados para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais:

a) Professor de classe comum capacitado - comprove em sua formação conteúdos ou disciplinas sobre Educação Especial e desenvolvidas competências para:

- I - perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos;
- II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento;
- III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo;
- IV - atuar em equipe e em conjunto com o professor especializado.

b) Professor especializado em Educação Especial - Formação em cursos de licenciatura em Educação Especial ou complementação de estudos ou pós-graduação para:

- Identificar as necessidades educacionais especiais;
- Definir e implementar respostas educativas;
- Apoiar o professor da classe comum;
- Atuar no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos;
- Desenvolver estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas alternativas.

COMO PODERÁ O PROFESSOR REINVENTAR A SUA PRÁTICA E ASSUMIR UMA NOVA ATITUDE DIANTE DO CONHECIMENTO E DA APRENDIZAGEM?

O homem desenvolve relações entre ação e reflexão por meio da experiência concreta. Não pode haver reflexão e ação fora da relação homem–realidade–relação que se cria quando o homem compreende sua realidade e a transforma. Por sua vez, ao transformar sua realidade, o homem se modifica, modificando sua ação e sua reflexão em um processo dialético. Portanto, educação é, uma busca constante do homem, que deve ser o sujeito de sua própria educação. O homem não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém na solidão (Freire, 1979:17,28).

Freire defende a educação progressista e emancipadora no sentido histórico e libertário, em que a prática educativa é o “elemento fundamental no processo de resgate da liberdade” (Freire, 1995: 91). A educação deve priorizar o diálogo entre o educando – sujeito histórico de seu próprio processo de aprendizagem – traz e a construção de um saber científico. A visão de mundo é incorporada ao processo, que está sempre associado a uma leitura crítica da realidade e ao estabelecimento da relação de unidade entre teoria e prática.

(...) a pedagogia deve abrir espaço para o aluno construir seu próprio conhecimento, sem se preocupar em repassar conceitos prontos, o que freqüentemente ocorre na própria prática tradicional, que faz do aluno um ser passivo, em quem se “depositam” os conhecimentos para criar um banco de respostas em sua mente. (FREIRE 1979, p. 17)

É necessário construir outra configuração educacional que integre os novos espaços de conhecimento em uma proposta de renovação da escola.

Na condição de profissionais reflexivos, as receitas prontas não são mais adequadas e sim as habilidades para identificar, definir, projetar, avaliar os desafios.

Se para trabalhar com alunos que apresentam diferentes níveis de desempenho já se faz necessário desenvolver essas habilidades, mais importante ainda serão essas características diante das necessidades especiais dos alunos incluídos.

A responsabilidade começa com a compreensão de que é necessário estar em permanente processo de aprendizagem e interação com outros profissionais

para conseguir desenvolver as competências docentes necessárias na contemporaneidade.

Se considerarmos ainda, que a formação inicial perdeu sua característica de processo extenso, complexo e valorizado para se converter em uma atividade parcial, simplificada, desarticulada e que ao longo das últimas décadas foi sendo gradativamente desvalorizada, pode-se vislumbrar o enorme desafio que a tarefa se impõe.

O professor especializado precisa participar de todas as ações, opinando e discutindo com o professor do ensino regular e colaborando em todo o planejamento em suas fases de elaboração, execução e avaliação. Desta forma, ambos terão oportunidade de socializar o seu saber específico e junto aos outros profissionais da equipe contribuir para a melhoria da qualidade do ensino oferecido.

A integração de professores generalistas e especialistas com outros profissionais como: pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, intérpretes de língua de sinais e assistentes sociais, levaria a capacitação dessa equipe colaborativa em serviço, e contribuiria para uma mudança na qualidade da escola inclusiva.

A verdadeira profissionalização se dá a partir do momento em que é permitido ao professor racionalizar e analisar a própria prática, criticando-a, revisando-a, fundamentado-a na construção do crescimento da unidade de ensino como um todo. O professor é um agente fundamental no processo de inclusão, mas ele precisa ser apoiado e valorizado, pois sozinho não poderá efetivar a construção de uma escola fundamentada numa concepção inclusivista. Para tanto faz-se necessário “a preparação de todo o pessoal que constitui a educação, como fator chave para a promoção e progresso das escolas inclusivas” (Declaração SALAMANCA p. 27).E também, “a provisão de serviços de apoio é de importância primordial para o sucesso das políticas educacionais inclusivas.” (Declaração Salamanca p. 31)

Considerando as estruturas básicas do ser humano (intelectiva, emocional, física, social, profissional, ética e espiritual), a educação integral para a cidadania se operacionaliza pelas estruturas desenvolvidas nos espaços desafiantes, nas seguintes formas de expressão: Convivência, Racionalidade, Esporte, Sensibilidade, Cidadania, Ética e Religiosidade.

A proposta pedagógica da escola é baseada em teóricos como: Vigotsky, Piaget, Paulo Freire, entre outros. Ela também possui o seu projeto político-

pedagógico e desenvolve constantemente cursos de atualização e aperfeiçoamento para todo o corpo docente através de sua secretaria.

NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES TAMBÉM SE TRABALHA EM EQUIPE

Ao se preparam para trabalharem em equipe, como coletividade profissional, desenvolvendo atitudes de ação e de acolhida, de orientação, de produção de conhecimento e de divulgação e de socialização de suas descobertas, de seu conhecimento e de seus saberes, os professores têm possibilidades de fazerem a diferença e atuarem de maneira transformadora para uma escola inclusiva.

A inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais se constrói pela ação colaborativa de profissionais da Saúde e da Educação que convergindo suas forças, estratégias e recursos acompanhado por essas mesmas pessoas com necessidades especiais (crianças, jovens e adultos) e com suas famílias passem a discutir questões como inclusão, colaboração e educação que são partes de uma ação humana para uma sociedade mais humanizada e um futuro sustentável.

Um ambiente criado segundo essa abordagem favorece a integração em rede entre diversas formas de conteúdos de conhecimento, rompendo com as barreiras entre as disciplinas favorecendo assim, relações de parceria e reciprocidade que caracteriza uma perspectiva interdisciplinar.

Neste contexto, é essencial a preparação do educador para que este saiba intervir no processo de aprendizagem do aluno, para que este seja capaz de transformar as informações em conhecimento. Precisando estar preparado para recriar sua prática, articulando diversificados interesses e necessidades dos alunos, buscando muitas vezes a colaboração da comunidade e familiares.

O educador deve estar consciente da direção que as atividades educacionais devem assumir e que objetivos devem ser atingidos. Neste contexto, se faz necessário que a prática do professor esteja orientada por uma pedagogia relacional e muito mais complexa do que simplesmente dizer que é construtivista ou que é baseada no desenvolvimento de projetos. Segundo este autor, o mundo está ficando muito mais sofisticado e exigindo soluções educacionais mais profundas do que uma simples troca de terminologia.

Diante deste contexto histórico do século XXI, é de extrema necessidade a busca de mudanças no contexto educacional e para que isto ocorra, precisa-se de

comprometimento dos envolvidos, não apenas no sistema educacional, mas também da comunidade geral.

Esta nova visão de escola oferecerá aos professores a oportunidade de buscar a sua própria transformação para atuar como facilitador da aprendizagem, e reformular o seu próprio ambiente escolar. Contribuindo assim, para que a relação professor - aluno seja mediada pelo computador e para que o professor consiga tornar a aprendizagem algo mais estimulante, significativo, contextualizado e criativo. Desse modo a escola pode prover os meios para que a comunidade escolar busque atingir objetivos que confirmem o desenvolvimento integral e totalizador do educando, desenvolvendo assim uma educação verdadeiramente emancipadora.

O mundo está passando por uma grande transformação, o homem é levado a novos desafios em todas as áreas, principalmente na área educacional. Esse mundo em transformação determina um novo perfil de homem: criativo, participativo, foi atuante, e preparado para enfrentar as mudanças que ocorrem na sociedade.

Para tanto, se faz necessário pensar e repensar sobre a prática pedagógica. A escola se defronta com novas exigências, precisando ter novas atitudes e novas posturas diante do conhecimento. Esta precisa ser o principal veículo de humanização da sociedade, mas, para tanto, tem que se posicionar e criar novos espaços.

Não se trata apenas de se usar um novo método ou uma nova técnica de ensino, no qual tudo muda na sua superficialidade, porém, continua o mesmo na sua essência. Refere-se a uma nova postura em que levam os educadores a investigar a sua própria ação, a questionar e inquietar-se com sua própria prática, com a escola, com o sistema educacional e por sua vez com a sociedade em que está inserido. Trata-se de uma atuação crítico-reflexiva, onde o professor torna-se parceiro dos alunos, auxiliando na construção cooperativa do conhecimento. O professor não caminha à frente do aluno, mas ao lado dele, proporcionando-o a aprendizagem, fazendo intervenções em situações-problema para que este se desenvolva integralmente.

Ao assumir essa postura, o professor toma consciência de sua prática, analisa as conseqüências de suas intervenções, aplicando teorias a sua prática pedagógica para compreender a situação criada em sala de aula.

Percebemos cada vez mais textos e publicações falando de inclusão, seus benefícios, seus sucessos quer sejam no âmbito da educação, no mundo do

trabalho ou nas relações entre pessoas, mas carecemos de mudanças que caminham ainda a passos curtos.

A sociedade na qual nos encontramos é uma sociedade em que não há mais espaço para a exclusão. A inclusão é um dos princípios fundamentais para a transformação humanizadora. É ainda muito difícil pensar que a educação tem seu movimento lento, porque exatamente seu objeto de intervenção é a criança, e sendo ser humano temos tempo para maturar tudo e isso leva anos. Qualquer que seja a transformação na educação ela é paulatina, mas isso não impede de construirmos atitudes e práticas em nosso cotidiano com o devido tempo e cuidado.

Os recursos atuais da tecnologia, os novos meios digitais: a multimídia, a internet, a telemática, traz novas formas de ler, escrever, portanto, de pensar e agir. E isso vem provocar uma grande mudança nas relações que ocorrem fora e dentro da própria escola. Essas mudanças vêm para mobilizar a escola para que criem verdadeiros ambientes que desenvolva uma aprendizagem mais significativa e flexível, rompendo com a rigidez das disciplinas e dos currículos dentro do espaço escolar. Como afirma Alves (2000:110), o conhecimento, ao contrário do que se pensou ou acreditou na modernidade, não se constrói linearmente e hierarquicamente.

“O aprendizado de um novo referencial educacional envolve mudança de mentalidade (...). Mudança de valores, concepções, idéias e, conseqüentemente, de atitudes não é um ato mecânico. É um processo reflexivo, depurativo, de reconstrução, que implica em transformação, e transformar significa conhecer” (PRADO, 1993, p. 99).

Faz-se necessário que a escola e o profissional da educação mude sua prática e o seu conceito de valorização, dando um novo sentido a construção do conhecimento, rompendo assim, com as hierarquias e com a forma linear de construção. No entanto, a cabeça de cada educando não deve ser vista como um arquivo cheio de gavetas que você abre deposita as informações e fecha, dando prosseguimento a conteúdos fragmentados.

Entende-se, que a educação não ocorre de forma aleatória, mas num contexto social. Não devemos ignorar as formas e também os conteúdos, pois estas vêm refletindo na educação e na socialização da sociedade moderna.

Atualmente, vive-se um outro contexto social, a sociedade esta avançando e em constante mudanças, e a escola e o professor por sua vez não podem se manter estáticos e muitas das vezes alienados.

PROFESSOR E ALUNOS

O professor deve fornecer condições, criar situações que permitam a reelaboração e ampliação do conhecimento do aluno. Acredita-se que ambientes inovadores trazem reflexos positivos sobre os processos de ensino-aprendizagem, e isso bastaria para justificar esta reflexão, pois encontramos alunos heterogêneos; cada ano que passa as turmas possuem alunos diferentes na forma de agir e pensar.

Atualmente, o educando ainda chega às instituições educacionais e encontra um ambiente pouco atrativo, preto e branco, enfrenta longas horas de aulas expositivas e vislumbra a sua frente um enorme quadro negro contrastando com o mundo lá fora, colorido, atrativo e sedutor.

É assim o cotidiano das escolas, até naquelas que poderiam mostrar que temos os mesmos direitos sendo diferentes ou não. Então, há um questionamento. Será que o aluno se sente motivado num ambiente tão monótono como este? Os alunos então, começam a externalizar uma situação: uns submissos a tudo, e outros rebeldes, expondo todo inconformismo com esta situação conservadora.

“(…) O que empobrece muito o ato de educar é a quase ausência de propostas que impliquem atividades dos alunos. Eles fazem muito pouco. Em geral, só lhes cobram repetições. Lêem, captam as idéias centrais, escrevem o que entenderam dos autores. E quanto mais seus pensamentos forem iguais aos dos autores famosos, melhor ! Não se avalia o que os alunos fazem, mas sua capacidade de imitar e repetir os pensamentos que estão nos livros e os dos mestres”. (ALMEIDA & JUNIOR, 2000, p. 21)

A relação do professor com seus alunos é de fundamental importância para a Educação, pois a partir da forma de agir do mestre é que o aprendiz se sentirá mais receptivo à matéria.

A reciprocidade, simpatia e respeito entre professor e aluno proporcionam um trabalho construtivo, em que o educando é tratado como pessoa e não como número, ou seja, mais um.

Buscando um melhor relacionamento, o professor será tratado com respeito e como educador, dando oportunidade ao diálogo.

O professor tem que estar sempre aberto às novas experiências, aos sentimentos e aos problemas de seus alunos. É claro que a responsabilidade da

aprendizagem está ligada ao aluno, mas essa deve ser facilitada pelo professor levando o aluno à auto-realização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLETINDO A CONDIÇÃO DO PROFESSOR.

A argumentação desenvolvida traz oportunidade para um repensar e uma reflexão sobre a prática pedagógica, nos dias atuais na formação do professor. Fica claro no contato com professores que tem inclusão que esta não é responsabilidade de um só, mas sim de muitos, principalmente a partir do momento que o contato é direto com o aluno. Percebe-se que a necessidade de integração, onde a dinâmica que deve ser incorporada no dia a dia faz com que se ganhe experiência e confiança para saber lidar com alunos de inclusão. Tem que tomar cuidado para não fazer de si próprio um professor particular, mas sim um professor que faz mediação na construção do conhecimento da aprendizagem dos alunos, inclusive os da educação especial.

No contexto educacional de inclusão é necessário que haja uma constante interação com os profissionais que fazem parte da Unidade Escolar e de apoio pedagógico especializado, muitas vezes este profissional ainda não está totalmente preparado para dar apoio em determinadas situações. Há necessidade de efetivar na própria educação dos profissionais além da Língua Portuguesa, outros conteúdos que incluam a inclusão – como por exemplo a língua de sinais (Libras), acontecendo assim uma melhor comunicação entre os indivíduos.

Nesta perspectiva, o currículo não trabalhará só com o conhecimento, mas com a cultura, a identidade e a subjetividade. Elaborar currículos é tomar decisões sobre os saberes que serão considerados, valorizados e transmitidos pela escola. A perspectiva multicultural faz com que o currículo se comprometa com o ensino de qualidade. O currículo deve ser visto como desenvolvimento de formas de pensar, de perceber o mundo, de viver.

Fala-se muito em incluir, fazer adaptações curriculares para atender às diferenças individuais dos ditos portadores de necessidades educativas especiais, mas não se tem questionado que tipo de ensino está sendo transmitido e se este ensino tem contribuído para o pleno desenvolvimento deste aluno, tornando-o capaz de exercer sua cidadania. Por isso se faz necessário que haja debates, formação continuada, palestras e outros que informem de forma a contribuir para ter uma

melhor base curricular; é o que vem sendo feito – tendo em vista a busca pelo profissional de educação para cada vez está mais aperfeiçoado com as mudanças que vem ocorrendo com a Educação.

As mudanças sociais têm ocorrido de forma tão rápida e surpreendente que gera uma maior necessidade de refletir sobre o assunto de que isto vem diretamente influenciar na vida dos futuros formandos.

Já é possível notarmos mudanças de atitude da comunidade escolar, em termos de valorização do ambiente escolar e do ensino. Pois a inserção de valores renovados vem romper com idéias conservadoras, possibilitando um maior movimento de idéias e atitudes que darão vida ao currículo e ambiente escolar, trazendo um mundo com conteúdos atraentes, ambiente inovador, global e interdisciplinar, instigando os formandos ao desejo de investigação, de descoberta do novo, além de aumentar suas possibilidades de pesquisa, tornando-se um fator importantíssimo para a democratização da escola.

A educação, em geral, tem por necessidade básica o interesse pela pesquisa e, principalmente, a colocação em prática, para que exista realmente uma educação de qualidade onde todos, sem exceção, tenham acesso a ela e é por isso que este trabalho enfoca na formação dos professores, para que haja aprendizado todos os profissionais e pessoas envolvidas devem sempre se atualizar, pois, sendo assim, a educação inclusiva e a educação especial serão uma só educação onde os portadores de necessidades educativas especiais terão seus direitos respeitados.

O esclarecimento é o enfoque principal deste trabalho para o entendimento real e significativo dos profissionais da área, que na maioria das vezes desconhecem a importância e a diferença da educação especial e inclusiva, onde a pesquisa está direcionada para pesquisa de bibliografia.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando José de. JUNIOR, Fernando Moraes F. **Projetos e Ambientes Inovadores**. Almeida (Abril-2002 Revista Pedagógica)

ALVES, Nilda & GARCIA, Regina Leite (orgs.). **O Sentido da Escola**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1998

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

_____. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

_____. **Pela Justiça na Educação**. Coordenação geral Afonse Armando Kozen. Brasília. MEC. FUNDESCOLA. 2000.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: MEC, 1994.

_____. Secretaria da Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC/SEESP, 1996.

BUENO, José G. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?**
Disponível em: Acesso em: 2 de jun.2005.

:<http://www.educacaoonline.pro.br//art_crianças_com_necessidades_ee.asp>

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras de aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 95-125.

_____. ***Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais.*** Brasília: CORDE, 1994.

CORTELAZZO, Iolanda B. C. . **Formação de Professores para a Inclusão de alunos com necessidades especiais: colaboração apoiada pelas tecnologias assistivas.** In: I Fórum de Tecnologia Assistiva e Inclusão Social da Pessoa Deficiente, 2006, Belém PA. ANAIS - **Trabalhos apresentados - I FORUM DE TECNOLOGIA ASSISTIVA E INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA DEFICIENTE.** Belém PA : UEPA, 2006. v. 1. p. 39-48.

FERRAZ, R. D. ***Formação de professores e educação inclusiva: desafios, embates e perspectivas.*** Arq Mudi. 2007; 11 (Supl.2):475-81.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade.** 2.^a ed. São Paulo, Cortez, 1995.

_____. **Educação e Mudança.** 14.^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. Coleção Educação e Comunicação. 1979

FREIRE, P. & Shor, I. **Medo e Ousadia. O Cotidiano do professor,** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos e BEHRENS, Marilda. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica.** São Paulo, Papirus. Editora 2000.

PERRENOUD, Philippe. *Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação.* Artmed. Ed. Porto Alegre, 2000.

PIAGET, J. **A Epistemologia Genética**. Petrópolis, Vozes, 1972.

_____. **Fazer e Compreender**. São Paulo, Melhoramentos / Edusp, 1978.

PRADO, M. E. B. B. (1993). ***Da ação à reconstrução: Possibilidades para a Formação do Professor***. Coleção Série Informática na Educação – TV ESCOLA, Disponível em: [http/ www. proinfo. gov. br](http://www.proinfo.gov.br)

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1991.